



REVISTA INTER-LEGERE: ESTUDOS ITINERÁRIOS DO CAPITAL RENTISTA E DA GLOBALIZAÇÃO, SEGUNDO KARL MARX



JÚLIO RAMON TELES DA PONTE

Aluno especial do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, na modalidade doutorado.

RESUMO

O fenômeno da “globalização” vem seduzindo inúmeras análises na esfera das Ciências Sociais. Parte destas reflexões tentam conferir prova de validade incontestável à tese liberal da eterna suscetibilidade do homem às trocas. Assim, a globalização aparece como um estágio superior dessa pulsão humana pelo mercado e pela concorrência, inexistindo para sempre, no homem, quaisquer vestígios que apontem para a potencialidade de uma sociedade comunal solidária. Inegavelmente, o quadro socioeconômico da maioria dos países situados na periferia do sistema do capital não coaduna com os supostos benefícios largamente difundidos pelos entusiastas da “aldeia global” das mercadorias. Com efeito, houve repercussões desse fracasso pela hipertrofia do mercado, como realizador das necessidades humanas no campo político latino-americano, inclusive, com rupturas ou adaptações de coalizões de centro-direita, antes inimagináveis, atestando a incapacidade dos pressupostos neoliberais no que se refere à gerência de políticas públicas centradas nas demandas sociais. Fenômeno este bem representado, inequivocamente, sobretudo, nos casos do Equador, da Venezuela e da Bolívia, bem como, de forma mais tímida, na Argentina e no Brasil. Na verdade, a globalização assume contornos de uma evidente fase de acumulação capitalista com predominância da financeirização econômica. Tal perspectiva encarna a possibilidade de impor novas regras às relações internacionais como forma de suprir as necessidades da livre movimentação do capital. Neste sentido é que o legado de Marx, principalmente, os seus escritos de crítica à economia política, disponibiliza uma farta munição teórica aos que perseguem, do movimento do abstrato ao concreto, trilhas analíticas para a compreensão dos atuais desdobramentos do sistema metabólico do capital, com destaque para a atual tendência à financeirização econômica e à acumulação rentista.

Palavras-chave: Globalização; Financeirização; Capital Rentista.

1 CONTEXTUALIZANDO O FETICHE DA GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno da “globalização” vem seduzindo inúmeras análises na esfera das Ciências Sociais dentre outros respeitáveis pensadores do mundo intelectual. Na realidade, a grande maioria das reflexões sobre este fenômeno foca na perspectiva de conferir prova de validade incontestável à tese liberal da eterna suscetibilidade do homem às trocas. Assim, a globalização aparece como um estágio superior dessa pulsão humana pelo mercado e pela concorrência, inexistindo para sempre, no homem, quaisquer vestígios que apontem para a potencialidade de uma sociedade comunal solidária sem o advento do mercado capitalista. O quadro conjuntural do final da década dos anos 80 e início da década dos anos 90, do século passado, aparentava conferir validade a esta tese. À época, era visível a queda do império soviético e seus satélites, considerados, até então, a única forma de “socialismo real” efetivamente existente. Assim, muitos atribuíram aquele momento como o “fim da história”, a vitória do mercado e do capitalismo sobre o socialismo e o comunismo. Aliado a este fato relevante, inúmeros representantes da nova direita mundial ascenderam aos governos de seus países, com o propósito de levar às últimas conseqüências o processo de globalização. Neste início de século, mesmo sem se dar ao trabalho de expor uma longa gama de indicadores socioeconômicos, as evidências que se referem, por exemplo, aos catastróficos índices de desemprego (quase a metade planetária da força-de-trabalho fora do mercado de trabalho formal), atingindo tanto as economias da periferia quanto as economias centrais, sugerem evidências que algo deu errado no propalado “projeto global”. Com efeito, houve repercussões desse fracasso da hipertrofia do mercado como realizador das necessidades humanas no campo político, inclusive, com rupturas ou adaptações de coalizões de centro-direita, antes inimagináveis, atestando a incapacidade dos pressupostos neoliberais no que se refere à gerência de políticas públicas centradas nas demandas sociais, fenômeno esse bem representado inequivocamente na América Latina, sobretudo, nos casos da Venezuela, Bolívia e Argentina.

Então, estabeleceu-se no campo intelectual conservador uma terrível indagação: o que teria dado errado? Uma vez posta em prova a lei geral do equilíbrio, onde residiriam as causas de seu aparente insucesso? Perante este cenário de inquietantes dúvidas, grande parte do respeitável mundo acadêmico, antes entusiasta da globalização, preferiu tergiversar sobre a incompatibilidade do projeto neoliberal frente à incompetência dos governos nacionais em consumir as reformas necessárias à adaptação do Estado a tais políticas. Assim, não foi possível lançar bases para o fundamento da razão econômica revertida na pragmaticidade das relações de troca. Com efeito, não se fazendo mais necessários invólucros de cunho ideológico

do tipo “globalização”, depara-se com a acumulação capitalista em “estado puro”, em que as relações de produção devem ser “flexibilizadas”, objetivando uma nova regulação dentro do sistema metabólico do capital. Tal perspectiva encarna a possibilidade de impor novas regras às relações internacionais como forma de suprir as necessidades da livre movimentação do capital.

Diante deste cenário de incontáveis incertezas, em que “tudo parece estar invertido”, em que “tudo o que é sólido se dissolve no ar”, surge a inquietante indagação: quais aportes teóricos são capazes de conferir explicação aos fenômenos referentes à intensa globalização dos mercados e à crescente financeirização econômica mundial? Parece que a configuração atual aponta para um retorno as contribuições deixadas por Marx ainda no século XIX. De fato, são por inspiração neste legado marxista que surgiram (e surgem) os analistas mais lúcidos do chamado fenômeno da globalização. Neste ponto, cabe especial destaque às contribuições de François Chesnais, quiçá o autor de maior evidência de inspiração marxiana a elucidar os fundamentos econômicos da dita globalização. Inegavelmente, Marx, a partir de suas contribuições, principalmente nos seus escritos de Crítica à Economia Política, disponibiliza uma farta munição teórica aos que perseguem, do movimento do abstrato ao concreto, trilhas analíticas para compreensão dos atuais desdobramentos do sistema metabólico do capital, com destaque para a atual tendência à financeirização econômica e à acumulação rentista.

2 MARX E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: DO “MANIFESTO” À “TEORIA DO VALOR”

Já no **Manifesto do Partido Comunista**, de 1848, Marx e Engels formulam indicações do caráter expansionista do sistema capitalista cuja marca é a internacionalização de sua volúpia por mercados, objetivando a consecução de amplos espaços que se revestiam de potencialidade para a sua reprodução ampliada. Com efeito, atesta-se que Marx e Engels estavam atentos à necessidade da expansão constante dos espaços necessários à reprodução tendencialmente ampliada do capital. Os dois tratam desse movimento de transnacionalização do capital, no **Manifesto**, na seguinte passagem:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais... o contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrada é profanado... A necessidade de mercados cada vez mais extensos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração

do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (MARX e ENGELS, 1986, p. 121).

Assim, o capitalismo em expansão tende a modificar valores culturais, políticos, jurídicos e religiosos em seu benefício e em escala mundial, não resultando disto quaisquer compromissos ditos sociais ou humanitários. Desta forma, Marx tinha em mente que se fazia necessário um estudo sistemático e complexo para se chegar às determinações mais profundas do metabolismo do capital. Neste sentido, somente a partir de 1858, ou seja, dez anos após a publicação do **Manifesto do Partido Comunista**, surgem os primeiros frutos desta empreitada, num amplo material de pesquisa que ficou conhecido como *Grundrisse*. Em seguida, vieram as obras **Para Crítica à Economia Política; Teorias da Mais-valia e O Capital**. De fato, são, basicamente, estas obras onde o autor vai deixar a marca mais significativa de sua trajetória intelectual, sobretudo, a teoria do valor.

No cenário capitalista, o dinheiro deixa de encarnar sua função de intermediador das trocas e passa a incorporar uma finalidade em si mesmo. Com efeito, o dinheiro, que na ordem do capital assumira a condição de nexos social, autonomiza-se e se constitui a partir de si o instrumento da dominação social geral. O poder social do indivíduo reflete-se na quantidade de dinheiro por ele possuída. Deste raciocínio, Marx identifica no dinheiro a condição “*sine qua non*” para reprodução do sistema do capital, descolado das vontades individuais. Marx, nos *Grundrisse*, no Capítulo “Dinheiro”, caracteriza o poder totalizador do dinheiro, nestes termos:

Se dijo y se puede volver a decir que la belleza y la grandeza de este sistema residen precisamnete en este metabolismo material y espiritual, en esta conexión que se crea naturalmente, em forma independiente del saber y de la voluntad de los individuos, y que presupone precisamente su indiferencia y su independencia recíprocas. Y seguramente esta independencia material es preferible a la ausencia de relaciones o a nexos locales basados en los vínculos naturales de consaguinidado em las relaciones de señorío y servidumbre. Es igualmente cierto que los individuos no pueden dominar sus propias relaciones sociales antes de haberlas creado. Pero es también absurdo concebir esse nexo puramente material como creado naturalmente, inseparable de la naturaleza de la individualidad e inmanente a ella . (MARX, 1974, p. 89).

Nosso autor faz uma análise histórico-lógica das trocas, apontando o surgimento do dinheiro justamente quando da conversão das trocas simples em trocas complexas. Nota-se que esta façanha só fora possível pelo quase infinito número de nexos históricos e dialéticos incorporados em sua análise. Nos limites que interessa a este ensaio, será dado enfoque especial à questão dos enlaces entre o capital produtivo e o capital financeiro. De fato, as determinações de tal relação não eram, à época de Marx, cristalinas e perceptíveis sob um olhar pouco rigoroso, merecendo uma minuciosa análise na tentativa de torná-las visíveis, “onde tudo aparece de forma invertida”. O estudo das imbricações entre as duas formas de

capital – rentista e produtivo - é essencial para a elucidação dos desdobramentos atuais acerca do sistema do capital, posto que os fenômenos, hoje, observados na superfície da esfera socioeconômica, como a mundialização do capital, o endividamento da maioria das nações, as taxas de juros, enfim, na maior parte, os eventos observáveis, são “meros” reflexos dessas imbricações intercapitais.

3 INTERSEÇÃO ENTRE CAPITAL PRODUTIVO E CAPITAL RENTISTA

Em momentos específicos, Marx aborda a relação entre o capital rentista e o capital produtivo, em “O Capital”, indo se dedicar mais especificamente ao capital rentista a partir do Livro Terceiro, capítulo XXIII, e, em “Teorias da Mais-Valia”, no capítulo intitulado “O Rendimento e Suas Fontes”. Nestas passagens, Marx deixa claro que a relação entre essas duas formas de capital, conjuntamente com a renda da terra, compõem o metabolismo sistêmico do capital. Com efeito, somente de forma aparente se pode separar o capital produtivo do capital que rende juros. Marx, no entanto, reconhece que em suas formas pretéritas o capital rentista, de fato, encarnou um segmento que gozava de certa independência, mas quando da solidificação conferida ao capitalismo como sistema produtor, o rentismo é incorporado ao sistema do capital, consolidando-se como uma de suas partes indispensáveis.

No capital produtivo fica patente a relação essencial do sistema, “o instrumento de pescar trabalho alheio”, como diz Marx. Nesta esfera se tem o fundamento da acumulação do capital, a saber, a produção do valor. Aqui, é onde ocorre a extração da mais-valia que se processa na interação entre capital constante e capital variável. É onde também se verifica a substituição – pela incorporação de novas tecnologias – do trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando uma crescente composição orgânica do capital e, conseqüentemente, uma maior produtividade. No entanto, Marx percebe que a esfera da produção representa tão-somente um dos momentos/parte que compõem o metabolismo global do sistema do capital, em que a esfera da circulação se reveste, igualmente, de suma importância para realização da mais-valia.

Na forma de capital comercial, o capital aparece como relação entre pessoas que realizam as trocas livremente. A relação social existente na produção entre capital e trabalho não aparece aqui de forma visível. Na forma de capital rentista essas aparências se tornam ainda mais destoantes. Aparentemente, o banqueiro, ao cobrar juros extorsivos sobre o dinheiro emprestado, é o grande vilão do sistema, uma vez que executa e impõe taxas elevadas aplicadas nos empréstimos bancários dirigidos tanto aos detentores do capital produtivo como também aos demais segmentos sociais. O capital rentista aparece, desta

forma, como uma esfera autônoma, como um ente capaz de gerenciar os movimentos do dinheiro a um preço pré-determinado. Tal distorção é desvelada por Marx, nos seguintes termos:

No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa 'dinheiro-mercadoria' consigo mesma (MARX,1978, p. 132, grifo do autor).

Marx salienta, ainda, que na produção como na circulação, o capital deve retornar ao seu ponto de partida como dinheiro ampliado. Este retorno é a configuração da reprodução do valor em que há a metamorfose real: “a mercadoria transformando-se nas condições de sua produção e as condições de sua produção novamente em forma de mercadoria”. Agora, contendo mais-valia. Desta condição, “a mercadoria transformando-se em dinheiro e dinheiro em mercadoria” e assim sucessivamente, num processo de reprodução ampliada, sempre retornando onde principia o movimento, “como dinheiro, como mercadoria ou como forma do próprio processo de produção”, configurando os ciclos das metamorfoses do capital: capital dinheiro, capital mercantil e capital produtivo.

Este retorno do capital rumo à sua origem, por sua vez, ocorre como capital rentista de forma autônoma, separado de sua forma assumida no capital produtivo. Na realidade, o banqueiro empresta dinheiro ao capitalista da produção e, somente, nas mãos deste irá circular no processo de produção, retornando como capital dinheiro. Para o capitalista rentista, o dinheiro se faz capital sem passar pelo processo de produção. Como diz Marx, “ele não o tem para gastá-lo”, mas para emprestá-lo enquanto capital: “O dinheiro, apenas, troca de mãos”. O retorno ocorre quando do pagamento para o banqueiro do empréstimo tomado pelo capitalista da produção, já acrescido dos juros, que nada mais é do que o seu preço. Conforme infere o próprio Marx:

No lugar da efetiva transformação de dinheiro em capital desponta apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da capacidade de trabalho, o valor de uso do dinheiro se transforma no valor da capacidade de criar valor de troca maior do que o possuído. É emprestado como valor que se valoriza a si mesmo, mercadoria, mas uma mercadoria que se distingue da propriedade como tal precisamente por essa propriedade, possuindo, portanto, também, uma forma particular de alienação (...) O que de fato é vendido é seu valor uso, que neste caso consiste em pôr valor de troca, produzir lucro, produzir maior valor do que o possuído por ele próprio. Como dinheiro, não se modifica pelo uso. Mas como dinheiro é gasto e como dinheiro reflui (MARX,1978, p. 135)

Na realidade, o capitalista da esfera produtiva, ao tomar dinheiro ou outros valores por empréstimo do capitalista rentista, está comprando o direito de utilização dessa mercadoria (dinheiro) por um determinado período. O banqueiro, por sua vez, aliena o valor emprestado

sob título de propriedade, antes mesmo que este entre no ciclo da reprodução tradicional, para, posteriormente, recebê-lo acrescido, de juros, no ciclo D-D'. Nas palavras de Marx: "isto significa (...) que se valoriza, se conserva e se incrementa a si mesmo". Com efeito, tem-se no capital rentista uma espécie de valorização pela incidência do juro, aparentemente, descolado das relações capitalistas propriamente ditas de oposição entre capital e trabalho. Pode-se pensar que aparece nesta relação a figura de um ser preguiçoso e oportunista, a saber, o prestador de dinheiro. O capital aparece no âmbito financeiro como um ente isolado das relações que lhe conferem sentido, quais sejam as relações sociais; como se o dinheiro "espontaneamente" brotasse de si mesmo. Como diz Marx: "Em D-D' temos a forma do capital desprovida de conceito, a inversão e coisificação das relações de produção em sua mais alta potência".

O juro aparece, nesta dinâmica D-D' como uma espécie de lucro, como uma forma de "mais-valia peculiar", como uma criação própria do capital dinheiro. Segundo Marx, esta taxa de remuneração do capital emprestado – juro – guarda relação fundamental com a taxa de lucro médio, formada dos entrecosques da concorrência intercapitalista nos diversos segmentos da economia, embora, como toda mercadoria, o preço do dinheiro pode oscilar periodicamente. Para Marx, "já no capital de dinheiro se confrontam apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta", gozando o rentismo de uma aparente independência, no âmbito da intermediação da mercadoria/dinheiro.

Conforme aponta Marx, na fase inicial de predominância do capital industrial, o capital rentista gozava ainda de certa autonomia, não se subordinando efetivamente à lógica do capital em geral, fundamento da sociedade capitalista baseada no valor. Esta subordinação, segundo o autor, somente pode ser imposta por uma exigência do poder estatal, gradativamente subsumido à burguesia. Para subordinar os antigos capitalistas rentistas, os representantes burgueses e do Estado inauguraram um mecanismo inovador de regulação dos empréstimos – o sistema de crédito. Marx comenta este processo de submissão do capital a juros ao capital industrial, nestes termos:

Uma vez desenvolvida a produção capitalista na amplitude de suas formas e dominante do modo de produção, o capital a juros é dominado pelo capital industrial e o comercial se transforma tão-somente numa figura do próprio capital industrial. (...) Usa-se a violência (O Estado) diante do capital a juros, graças ao abaixamento forçado da razão de juros, de modo que não pode mais ditar seus termos ao capital industrial (...) A verdadeira maneira de o capital industrial subjugar-lo consiste na criação de uma forma que lhe é peculiar: o sistema de crédito (...) O sistema de crédito é sua própria criação, é mesmo uma forma do capital industrial que começa com a manufatura, mas que se elabora de modo mais completo na grande indústria. Originalmente, o sistema de crédito é uma forma polêmica contra os usurários antiquados". (MARX, 1978, p. 143).

Com o estabelecimento do sistema de crédito, o capital a juros e o capital industrial assumem uma forma identitária inseparável. Marx, contudo, lembra que todo esse processo de reprodução do capital está pressuposto por uma “determinação social. Que o trabalho vivo se confronte com o trabalho passado, a atividade, com o produto, homem, com a coisa, o trabalho com suas próprias condições objetivas enquanto personificações, sujeitos alheios, autônomos, fixos em si”. (*Idem* p.148) Neste sentido, capital em si e mercadoria somente podem se apresentar enquanto partes dinâmicas do movimento do capital, isoladamente, são apenas frações potenciais deste movimento de ininterruptos giros. Com efeito, as determinações sociais para acumulação capitalista remetem “que o valor – exista como dinheiro ou mercadoria – desenvolvido ulteriormente em condições de trabalho se confronte com o trabalhador como *propriedade alheia*, como propriedade de si mesmo”. (*Idem*. p.149). O capital não engendra em si somente a qualidade de ser o resultado da reprodução ampliada do sistema, mas, também, é o pressuposto de toda produção capitalista.

Neste cenário, o capital rentista é, em certa medida, também, capital produtivo. Este entrelaçamento entre essas duas formas de capital se dá ao passo que o capital a juros entra na esfera produtiva enquanto “sócio” do capital industrial. Assim, conclui-se que a partir desta associação entre os capitais, é viabilizada a reprodução tradicional do capital pelo ciclo D-M-D’, que, por sua vez, acaba por alimentar a relação D-D’, quando remunera, com parte da mais-valia realizada, o capital rentista. Com efeito, embora criador e criatura se confundam nesta dinâmica, o fundamento da reprodução do sistema metabólico do capital está na produção, mesmo que aparentemente o ciclo se inicie no empréstimo tomado pelo capital produtivo ao capital a juros, numa relação do tipo D-D.

Na realidade, os movimentos de reprodução do capital produtivo e do capital rentista encarnam um mesmo fim, a saber, o da acumulação, seja esta de natureza produtiva ou rentista. Neste sentido, cabe salientar que o avanço tecnológico, de forma análoga, é incorporado aos dois tipos de capitais, objetivando conferir maior eficácia e velocidade em suas rotações. No caso do capital produtivo, a incorporação crescente da tecnologia amplia a composição orgânica do capital, aumentando substancialmente a capacidade produtiva instalada. Esta substancial ampliação da produtividade pela incorporação de novas tecnologias, se deve à dinâmica de redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. No capital rentista, este fenômeno de incorporação de novas tecnologias ocorre, analogamente, tendo em vista a ampliação da capacidade de captação e disponibilização de numerários e valores. Com efeito, percebe-se que tanto o capital produtivo quanto o capital rentista não podem prescindir desse mesmo aporte heterônimo de renovação tecnológica crescente. Pode-se traçar um

paralelo dessas transmutações na ordem sistêmica do capital em forma diagramática, nestes termos:

1) A FÓRMULA GERAL DO CAPITAL PRODUTIVO OU CICLO LONGADO DA ACUMULAÇÃO DE DINHEIRO

$D \ M \ D^+$

D_0 = valor do capital inicial investido na compra de MPs e FT (composição técnica)

D^+ = capital valorizado (capital inicial acrescido de mais-valia)

$D^+ - D_0$ = mais-valia (lucro)

OBJETIVO: Obter a maior taxa de lucro possível. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia (lucro) e o capital produtivo investido (D). Ao longo do tempo, o capital inicial torna-se mais-valia capitalizada, ou seja, trabalho não pago decorrente do processo de exploração. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação produtiva) para apressar a produção e a realização de mais-valia, ou seja, encurtar o tempo de produção do valor (e da mais-valia) para acelerar a acumulação de dinheiro através do capital produtivo.

2) A FÓRMULA GERAL DO CAPITAL FINANCEIRO OU CICLO ENCURTADO DA ACUMULAÇÃO DE DINHEIRO

$D_0 \square S_0 \dots D_1 \square D'_1 \square S_1 \dots D_2 \square D'_2 \square S_2$

D_0 = recursos próprios

S_0 = estrutura institucional/legal inicial para “produzir” serviços de captação, empréstimos e financiamentos. Essa estrutura expressa a composição técnica do capital (tecnologia bancária)

D_1 = disponibilidade para as transações financeiras (empréstimos e financiamentos, compra de ações, de títulos públicos, etc.) que corresponde à soma dos recursos próprios mais a captação.

D'_1 = capital financeiro ampliado

$D'_1 - D_1$ = excedente bancário (rentabilidade)

OBJETIVO: Montar uma estrutura (S) que possibilite captar o máximo de recursos, com o mínimo de recursos próprios (de modo a reduzir os riscos para o banqueiro) para obter a maior rentabilidade possível. Ao longo do tempo, a captação tende a se tornar crescente (o que transfere os riscos de perdas para terceiros) e os recursos próprios paulatinamente sem expressão quantitativa. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação bancária) para apressar a acumulação de dinheiro, ou seja, para encurtar o circuito encurtado da “produção” de dinheiro.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política* (Borrador) **GRUNDRISSE**: vs. I e II, Buenos Aires, Argentina, Ed. Siglo XXI, 1974

_____. **_O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 3 – processo de produção do capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____. **O Capital - Crítica à Economia Política**. Livro 1 – processo de produção do capital, v. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo (SP), Global Editora, 1986.

_____. **Os Pensadores – Marx** - (org.) José Arthur Giannotti), São Paulo (SP), Abril Cultural, 1978.

_____. *Os Grandes Cientistas Sociais* (org. Florestan Fernandes), São Paulo, 1984, Ed. Ática.